



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150320 - CE (2021/0216941-1)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : JOSE NEWTON LOPES DE FREITAS
ADVOGADOS : FÁTIMA XAVIER DAMASCENO - CE002821
JOSE NEWTON LOPES DE FREITAS (EM CAUSA PRÓPRIA) - CE028217
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOSE NEWTON LOPES DE FREITAS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (06340298720208060000).

O recorrente foi denunciado pelo crime previsto no art. 171 da Lei Federal de n. 11.101/2005.

Sustenta que deve ocorrer o trancamento da ação penal por falta de justa causa, incompetência do juiz e afronta ao princípio da insignificância, da ampla defesa, da não autoincriminação, do juiz natural, da unicidade dos crimes falimentares, bem como contrariedade ao art. 52 , XII, da CRFB (prova ilícita).

Requer a concessão liminar determinando a sustação dos efeitos do acórdão condenatório. No mérito, requer o provimento do recurso para decretar a anulação da sentença condenatória de 31/3/20 17 e do acórdão condenatório de 6/8/2019.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente